

A IDEIA DE NAÇÃO E A HIPERMILITARIZAÇÃO: ASPECTOS SOCIOLÓGICOS E POLÍTICOS

Marcelo Bordin¹
Pedro Rodolfo Bodê de Moraes²

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo discutir a ideia de hipermilitarização e seus aspectos sociais e políticos na questão da segurança pública, buscando interpretar se esse tema é um projeto em curso para a manutenção do *status quo* desse modelo de democracia inacabada. O exercício comparativo nessa perspectiva pretende evitar “lugares comuns” já largamente percorridos por teorias maximizantes, tidas como de longo alcance, a exemplo do referencial marxista que acaba por restringir as análises ao campo das relações macroeconômicas. Segundo a abordagem aqui adotada, as frequências indicam mais transições do que padrões fixos e estanques, a ver a estrutura social, mas também a inter-relação possibilitaria evidenciar detalhes particulares e variáveis com maior potencial analítico.

Palavras-chaves: Hipermilitarização, Nação, Marginalização, Segurança Pública.

THE IDEA OF NATION AND HYPERMILITARIZATION: SOCIOLOGICAL AND POLITICAL ASPECTS

Abstract: This paper aims to discuss the idea of hypermilitarization and its social and political aspects in the issue of public security, seeking to interpret whether this subject is an ongoing project to maintain the *status quo* of this model of unfinished democracy. The comparative exercise in this perspective intends to avoid “common places” already widely covered by dominant theories considered as far-reaching, like the Marxist referential that ends up confining the analyzes to the field of macroeconomic relations. According to the approach adopted here, frequency indicate more transitions than fixed and staunch patterns, to see the social structure, but also the interrelationship could make it possible to highlight particular details and variables with greater analytical potential.

Key-words: Hipermilitarization, Nation, Margilanization, Public Security.

- Enviado em 15/07/2017
- Aprovado em 28/07/2017

¹ Licenciado em Geografia (UFPR); Bacharel em Ciência Política (FACINTER); Mestre em Geografia (UFPR) e Doutorando em Sociologia (UFPR). Atualmente é pesquisador do Centro de Estudos em Segurança Pública e Direitos Humanos (CESPDH) da Universidade Federal do Paraná (UFPR). E-mail: marcelobordin05@gmail.com

² Graduado em Ciências Sociais (UFF); Mestre em Antropologia Social (Museu Nacional - UFRJ); Doutor em Sociologia pelo (IUPERJ). Atualmente é Coordenador do Centro de Estudos em Segurança Pública e Direitos Humanos (CESPDH) da Universidade Federal do Paraná (UFPR). E-mail: pedrobode@terra.com.br

INTRODUÇÃO

O presente ensaio tem por objetivo cotejar elementos do projeto de pesquisa “das tentativas de mudanças após a redemocratização à hipermilitarização da segurança pública no Brasil” com a trajetória teórica e analítica. O projeto mencionado está em curso e se dedica ao estudo dos processos de militarização e hipermilitarização, através do qual se busca compreender a dinâmica social na formação e manutenção de instituições policiais no Brasil e também em outras nações, nesse caso, para questões de análise sociológica comparada.

Em que pese não ser feita uma genealogia de personalidades, podemos verificar a necessidade de um estudo do modelo de militarização (e/ou hipermilitarização) recorrendo ao modelo de genealogia do saber/poder proposto por Michel Foucault em diversas obras. O projeto supracitado integra o Centro de Estudos em Segurança Pública e Direitos Humanos (CEPSDH/UFPR), que tem escopo principal os estudos sobre violência, criminalidade e os direitos humanos, fatos sociais que, do ponto de vista sociológico, estão sempre em destaque no cotidiano da imensa maioria da população brasileira, e que, após a redemocratização e a promulgação da Constituição Federal de 1988, tornaram-se um enorme campo para a pesquisa e debate científico.

Do ponto de vista do projeto de pesquisa em andamento o que se pretende responder é “se existe um processo de militarização³ excessiva ou uma hipermilitarização” da segurança pública no Brasil, no sentido de analisar as condições sócio históricas que têm produzido contemporaneamente o fenômeno aqui chamado de “hipermilitarização”⁴.

Utilizaremos o termo “hipermilitarização” uma vez que o modelo de segurança pública já tem a sua gênese militarizada e conseqüentemente o aumento das políticas públicas, ações e práticas ainda mais militarizadas nos sugerem o uso do termo.

Entre as especificidades desse ensaio, buscaremos algumas fundamentações na sociologia política para a compreensão do pensamento social contemporâneo, entre elas a possibilidade metodológica de aproximar contextos históricos distintos a partir de recorrências e regularidades sem, contudo, reduzi-los às relações de causalidade.

³ Giddens chama a atenção para a falta de discussão sobre instituições militares na sociologia (2008, p 47). No caso brasileiro, as instituições policiais estaduais são militarizadas e possuem diversos estudos nas ciências sociais com foco na função policial. A antropologia consegue ter mais penetração nas questões sobre instituições militares

⁴ Para um melhor entendimento do uso do termo “hipermilitarização” ver A Hipermilitarização da Segurança Pública no Brasil: discussões iniciais, disponível em http://www.e-democracia.com.br/sociologia/anais_2015/pdf/AMHH.pdf.

A aproximação desses campos de conhecimento objetiva compreender, ainda que de maneira embrionária, como se engendraram formas históricas e sociológicas específicas que resultaram em determinado modelo de militarização. Pergunta similar feita pela sociologia histórica na tentativa de compreender, por exemplo, como se constituem o capitalismo, a modernidade e a nação.

Partindo das reflexões produzidas acerca da emergência e consolidação da noção de nação é que acreditamos poder aproximar o objeto empírico da tese em andamento e algumas contribuições da sociologia política e histórica. A constituição da nação, como instituição e representação está já em suas origens formada e informada pelo uso da força de forma sistemática.

O exercício comparativo nessa perspectiva pretende evitar “lugares comuns” já largamente percorridos por teorias maximizantes tidas como de longo alcance, a exemplo do referencial marxista que acaba por contingenciar as análises ao campo das relações macroeconômicas. Segundo a abordagem aqui adotada as recorrências indicam mais transições que padrões fixos e estanques, olhar a estrutura social, mas também a inter-relação possibilitaria evidenciar detalhes particulares e variáveis com maior potencial analítico.

Esta é ainda uma abordagem que supõe a compreensão dos contextos nos quais os conceitos foram criados. A noção de militarização demanda desta forma a apreensão de seus conteúdos em diferentes momentos históricos bem como a construção do arcabouço referente à evolução da formação do corpo jurídico do estado.

A partir do repertório teórico desenvolvido na disciplina de Sociologia Política I, alguns autores podem contribuir para o exercício analítico aqui proposto, de modo especial Perry Anderson. Percorrendo as trajetórias contextuais dos processos de racionalização na e da modernidade Anderson se voltou para a compreensão da constituição dos Estados modernos, os valores e representações que os circundavam.

Junto dele Reinhard Bendix procurando através de uma revisão das teorias sobre modernização traz à reflexão questões acerca da simbiose entre Estado e nação e como se constitui uma organização da comunidade política moderna. Ainda nos aproximaremos das discussões propostas por Pierre Bourdieu e Howard Becker no tocante a aproximação com o objeto de pesquisa no sentido de delimitar as questões propriamente sociológicas com a formação do corpo militar estatal no desenvolvimento da noção de estado moderno.

Ao que parece, buscar uma ideia de (hiper) militarização e de formação de um corpo militar e policial, que atuam na manutenção de uma ordem estabelecida e que se utiliza de determinadas práticas sociais para que o poder do estado permaneça nas mãos de uma “elite” política (ou econômica), pode parecer um trabalho do campo da história.

Uma questão que vai ser recorrente nos trabalhos, seja de Michel Foucault⁵, seja de outros sociólogos, como Pierre Bourdieu⁶, é a busca por fundamentos que possam delimitar processos de mudanças de determinadas questões “sociais”. Nesse caso, pode-se ser recorrente o uso da ciência “história”⁷ para que algumas questões da sociologia possam ser melhor investigadas nos dias atuais.

A IDEIA DE NAÇÃO E A MILITARIZAÇÃO: ASPECTOS SOCIOLÓGICOS E POLÍTICOS

Ainda que não se pretendam constituir um referencial teórico alguns historiadores e/ou sociólogos que adotam a sociologia histórica como metodologia analítica podem, em alguns casos, recair nos modelos com acentuado viés marxista, como é o caso de Perry Anderson. No livro *Linhagens do Estado Absolutista* (1995), o autor, ao delimitar o século XVI como o surgimento desse modelo de Estado, faz uma crítica às definições de Marx e Engels que atribuíram essa gênese ao "equilíbrio" entre as forças da aristocracia fundiária e a burguesia. Para Perry Anderson, a burguesia ainda não estava totalmente consolidada e ainda tinha que negociar para poder ter algum poder junto ao poder central, nesse caso, os reis.

Nesse sentido, o autor dá visibilidade ao fato de que nessa gênese o Estado absolutista necessitou alimentar seus exércitos e, nos dois capítulos analisados, referentes à França e Inglaterra, se observa o nascedouro de uma burocracia estatal que visava dar uma ideia de "fiscalização". Observa-se também o nascimento dos impostos para cobrir gastos com as forças armadas próprias, em detrimento de forças mercenárias (não na sua totalidade) e no caso da Inglaterra, de uma notável força naval, que por consequência, consumia inúmeros recursos, monetários e/ou humanos. Nesse gênero também surgem instituições "policiais" visando manter a arrecadação de impostos e também para certa paz no reino.

A França se vê forçada a criar unidades próprias de um exército regular auxiliados por uma crescente artilharia, em detrimento das velhas tropas de cavaleiros feudais e mercenários. Esse aparato bélico e também o aparato repressivo vai produzir pressões no tocante a cobrança de impostos. Nesse mesmo avanço das forças armadas, a Europa renascentista observa o surgimento de um sistema formal de pressão e intercâmbio diplomático entre os Estados inclusive com a criação de embaixadas fixas e recíprocas. A guerra

⁵ No texto *Genealogia do Poder*, Foucault propõe fazer uma análise histórica das relações de poder, porém não fica no âmbito da descrição dos fatos históricos apenas, mas sim consegue atingir uma análise sociológica dessas relações.

⁶ Pierre Bourdieu busca na história (baseando-se em Charles Tilly) para demonstrar que o monopólio legítimo do uso da força física vai mais além do que as forças militares e policiais.

⁷ É recorrente o uso da denominação “história da ciência”, “história da filosofia”, “história das ideias”, etc. Nesse sentido a utilização de alguns aspectos históricos da formação de alguns fatos sociais nos parece extremamente factível.

de expansão ainda vai ser durante muitos anos uma atividade central dos Estados, mas aos poucos vai cedendo espaço para o comércio e também para as navegações mercantis e de descobrimento.

Ainda que a ideia seja buscar um entendimento de questões mais amplas, com nuances específicas no desenvolvimento das nações, nesse trabalho buscaremos observar algumas características da influência dos militares das forças armadas no modelo de polícia que hoje se tem no Brasil. A formação das nações no mundo todo tem como "efeito colateral" a existência de "exércitos" para, inicialmente, conquistar territórios e depois de consolidada esta etapa, de manter afastados os adversários e também de participar de conquistas por regiões com matérias primas necessárias ao desenvolvimento de cada país. Ainda que o surgimento do estado-nação e das forças militares caminhem juntos historicamente, Giddens (2008), vai afirmar que para a Teoria Social não vai ser um "problema preocupante" e que não existem estudos da sociologia sobre o "impacto da violência militar ou da guerra sobre a sociedade moderna."

Giddens ainda afirma que a violência das guerras e as questões militares não foram preocupações profundas de Emile Durkheim, sendo citadas de forma superficial e mesmo Marx e Engels que viam essas questões ligadas aos aspectos "revolucionários e contrarrevolucionários", sendo que tiveram a oportunidade de "passar os olhos" na obra de Clausewitz, *Da Guerra*.

Mesmo que a questão militar seja uma constante nos estudos sobre a formação das nações, a sociologia histórica não vai se voltar para ela como um fator principal no desenvolvimento de um país, ela será sempre colocada como consequência de outros fatores, por exemplo, a economia ou as questões ligadas as fronteiras e sua defesa.

A exceção fica por conta do trabalho de Charles Tilly⁸, que analisou no trabalho "Coerção, Capital e estados Europeus (990 - 1992)" a influência que o desenvolvimento do capital teria nos países e que acabaria produzido "democracias" e a falta desse capital iria acabar em estados com maior interferência pela força, os militares, e esses estados seriam menos democráticos e tenderiam a regimes ditatoriais ou com menor apego democracia.

No caso das polícias brasileiras⁹, que são militarizadas na sua gênese, entendemos que esses aportes teóricos da sociologia histórica podem contribuir para que alguns aspectos da militarização da segurança pública nos dias atuais sejam melhores explicitados e entendidos tendo em vista que o seu desenvolvimento caminha em consonância com a formação de um estamento patriarcal e patrimonialista, o que é corroborado

⁸ Bourdieu (2014, p. 182) vai aproximar o pensamento de Charles Tilly com o de Norbert Elias no tocante à formação dos instrumentos de coerção quando da formação do Estado moderno.

⁹ O caráter estadual da organização policial em nosso regime sofre duas sérias limitações: as polícias militarizadas constituem reserva do Exército;⁶⁹ e o Departamento Federal de Segurança Pública, em todo o território nacional, apura os crimes contra as instituições políticas e sociais e exerce, entre outros, os encargos da polícia marítima, aérea e de segurança das fronteiras. Durante a Primeira República, a organização policial foi um dos mais sólidos sustentáculos do "coronelismo" e, ainda hoje, em menores proporções, continua a desempenhar essa missão.

por Bendix (1996, p. 142) ao afirmar que “O governo é considerado uma mera extensão do domínio privado do governante.”

MILITARIZAÇÃO E MARGINALIZAÇÃO

As manifestações do ano de 2013, na cidade de São Paulo¹⁰ em razão do aumento das tarifas do transporte coletivo e a repressão violenta por parte das tropas da Polícia Militar daquele Estado contra a multidão que tentava acessar a Avenida Paulista trouxeram novamente à tona o debate da desmilitarização das polícias no Brasil, assunto que vem de longa data, inclusive antes mesmo do golpe militar de abril de 1964. Alfredo Feijó, em livro intitulado *Oficiais da Força e Delegados de Polícia*, datado de 1958, chama a atenção para o assunto “desmilitarização” e também sobre a balburdia reinante na questão da segurança pública, mais especificamente do policiamento ostensivo, demonstrando também que essa discussão não é nova e que há muito gera polêmica.¹¹

O tema que acabou virando um dos pontos da pauta¹² do núcleo mais organizado dos protestos representados pelo Movimento Passe Livre foi incorporado na medida em que os manifestantes se viram diante da truculência da atuação da Polícia Militar e que acabou por produzir inclusive o que Machado da Silva (2013) chamou de “efeito bumerangue”. Esse efeito, segundo Silva “foi um dos principais fatores responsáveis pela massividade das manifestações”¹³, pois é fundamental o fato de que os episódios tomaram este rumo exatamente porque o alvo da violência policial foram setores de jovens estudantes de classe média e repórteres de diversas mídias que cobriam aqueles eventos. Na mesma linha, destaca o autor: “a classe média, de um modo geral, não admite tornar-se objeto da secular violência policial, como foi visto durante a reação aos excessos da ditadura”.

Ao contrário da classe média, que raras vezes viu-se na posição de alvo da política criminal brasileira, as populações pobres e faveladas lidam cotidianamente com esse tipo de violência. Seja na

¹⁰ Após a violenta repressão por parte da PM paulista, as manifestações espalharam-se por inúmeras cidades do Brasil, sendo que em algumas cidades a repressão foi igualmente violenta por parte das forças militares estaduais, especialmente no Rio de Janeiro. Além do surgimento de manifestações em outras cidades, outros temas foram agregados aos protestos, que foram novamente reprimidos de forma violenta e atingindo por diversas vezes pessoas não envolvidas nos fatos.

¹¹ FEIJO, Alfredo, *Oficiais da Força e Delegados de Polícia*. Gráfica Universo Editora Ltda, São Paulo, 1958.

¹² Disponível em: <http://saopaulo.mpl.org.br/2013/06/24/carta-aberta-do-mpl-sp-a-presidenta/>. Acesso em 29.08.2013.

¹³ Disponível em: <http://blogdoims.com.br/o-efeito-bumerangue-da-repressao-policial-quatro-perguntas-para-luiz-antonio-machado-da-silva/>. Acesso em: 20 jan 2017.

repressão aos movimentos sociais que tem como escopo o pedido de melhorias nas condições de vida, ou na maneira como a polícia atua no controle ao crime nos territórios de pobreza econômica (Machado, 2008).

Nesse aspecto, o controle do crime através de uma militarização das forças de segurança (e em um sentido contrário observamos a policialização das forças de militares federais (Exército, Marinha e Força Aérea), ou seja, atuando com poder de polícia nas regiões fronteiriças e que de certa forma imprimem certa marginalização nessa região, seja marginalização das pessoas, que passam a ser vistas como o contrabandista ou traficante “inimigo”, seja na falta de possibilidades de ascensão social e econômica pela falta de oportunidades que a região não proporciona por não ter outras atividades econômicas além do turismo e daquelas atividades informais e até mesmo ilícitas.

Dias e Bordin (2011) trazem à tona a ideia de que o território fronteiriço é um *território poroso* no tocante as atividades criminais e que o estado do Paraná, por sua posição de proximidade com grandes centros consumidores, possui certa característica de “entreposto” do tráfico de armas, drogas e do contrabando de mercadorias falsificadas. Ainda sobre a militarização da segurança pública pode-se afirmar a existência de uma espécie de fluxo em sentido oposto, ou seja, observa-se uma policialização das forças armadas¹⁴, nesse caso, utilizadas como forças de segurança no país todo e em especial nas áreas de fronteira¹⁵, inclusive com poder de polícia.

No tocante à Sociologia Política, várias dúvidas podem surgir ao buscar áreas de contato ou mesmo de penetração no nesse campo do conhecimento várias indagações podem vir à cabeça daqueles que tiverem contato com o assunto e questionar: mas esse assunto não seria de outra área do conhecimento científico? Sim e não seria a nossa resposta e é isso que pretendemos buscar no doutorado: a relação entre as questões próprias relativas aos estudos sobre “instituições coercitivas” e as relações que elas podem gerar no espaço geográfico ou no território e alguns poderão, futuramente, indagar se esses fatores não geram influências concretas na modificação da paisagem.

Nesse caso a multidisciplinaridade e a interdisciplinaridade da pesquisa é o que pode explicar de forma mais eficaz alguns aspectos desses processos de militarização da segurança pública no país, conforme afirma Haesbaert:

¹⁴ Aqui utilizamos as idéias do geógrafo inglês Stephen Graham, no livro *Cities Under Siege: The New Military Urbanism* (2011) e também do jornalista estadunidense Radley Balko no livro *Rise of the Warrior Cop: The Militarization of America's Police Force* (2013).

¹⁵ A atuação das forças armadas brasileiras em ações de combate à criminalidade e em ações de ocupação (denominada “pacificação”) em comunidades pobres da cidade do Rio de Janeiro é regulada por lei federal, conforme a Lei Complementar Nº 136, de 25 de agosto de 2010, que introduziu modificações significativas à LC 97/1999 (BARROS, 2011, pg. 97).

O enfraquecimento do Estado como agente de intervenção diante do processo avassalador e “sem fronteiras” de mercantilização da sociedade leva a muitas dessas redes ilegais a promover (re) territorialização próprias, muitas vezes como modo de substituir o Estado, como ocorre com o narcotráfico nas favelas latino-americanas. Por outro lado, sua “clandestinidade” acaba alimentando a insegurança, a violência e a exclusão frente aos circuitos ditos legais da economia e da política (HAESBAERT, 2001, p.184).

Por essa afirmação, começamos a ver as facetas de contato desse assunto com a Geografia¹⁶ (nesse caso também na Sociologia Política, deixando claro a interdisciplinaridade do tema em questão), ou seja, territórios sem “estado”, mas controlados por forças “ilegais” e que acabam por gerar a necessidade de uma repressão maior por parte do mesmo estado que deixou uma espécie de “vácuo” em determinadas áreas, em especial as periféricas e mais pobres em todo o país. Além disso, podemos afirmar que o processo de militarização da segurança pública é uma tentativa fracassada de reavivar a também fracassada política de “tolerância zero” criada pelos governos municipais da cidade de *New York* e sua utilização na segurança pública.

A partir dessas considerações, entende-se a necessidade de um estudo aprofundado da questão proposta nesse projeto e sua importância no campo da Sociologia Política que tem nas suas características epistemológicas, condições de subsidiar cientificamente esse estudo. Compreender os processos que produzem a marginalização do território fronteiriço no estado do Paraná, através da observação dos aspectos da militarização da segurança pública na região e sua influência nos aspectos socioeconômicos da região e na dinâmica do mercado de ilícitos como um todo.

Ao procurar entender a problemática e o processo de marginalização de um determinado território ou região através de um processo cada vez mais comum no país, nesse caso a militarização da segurança pública, a metodologia adotada para alcançar os objetivos propostos será através da leitura de autores que problematizam e conceituam os diversos temas em debate: a marginalização do território; a discussão cada vez mais acentuada do tema “território” na Geografia contemporânea; estabelecer conceitos para o termo “militarização da segurança pública” bem como definir as diversas formas de “militarização”, que possui diversas aplicações em diversas áreas do conhecimento científico e estabelecer uma cronologia para a ocupação da área em questão buscando identificar padrões históricos, sociais e geográficos do problema.

Ainda tendo a preocupação de estabelecer uma análise do ponto de vista da Geografia da Violência e do Crime abordando os dados oficiais sobre alguns tipos de crime buscando relacionar esse tipo de problema com a demanda histórica da região por políticas públicas de desenvolvimento socioeconômico. Ainda nesse

¹⁶ Um aspecto que deve ser levado em consideração são os estudos da denominada Geografia da Violência e do Crime, que nas duas últimas edições do ENANPEGE tiveram um grupo de trabalho específico para tais temas.

campo, buscar entender as dinâmicas dos negócios ilegais da região e sua influência na dinâmica criminal do estado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O uso desmedido da força, como afirmava Bauman (1999, p 36), seria uma necessidade dos estados pré-modernos, na subjugação de seus súditos para atingir objetivos como arrecadar impostos e recrutar soldados. Nesse caso, se observa que o estado moderno não vai alterar esse método, pois ainda vai se utilizar do uso da violência para continuar a manter-se, porém de uma forma regulada, mas que não deixa de manter a “violência simbólica”¹⁷, reproduzida historicamente pelo estado (Bourdieu, 2003, p. 46). Barrington Moore Jr. cunhou o conceito "modernização conservadora" ao estudar quais as condições que levariam países à democracia ou ditaduras.

O termo pode muito bem ser aplicado ao Brasil, porém, em nosso entendimento, para uma outra variável explicativa: as polícias no Brasil passaram por períodos de democracia, porém continuaram com uma característica herdada de um regime monárquico (Portugal) e consolidada após alguns períodos ditatoriais, ou seja, manteve-se o modelo militarizado (nesse caso, uma cópia da estrutura das forças armadas). Essas instituições, forjadas na tradição conservadora que permeia as instituições militares, hoje buscariam atender as demandas de uma sociedade democrática e plural, mas sem buscar entender as mudanças que ora podem ser observadas na sociedade.

No tocante ao “moderno” nas instituições policiais são as tecnologias e o “conservador” ficando por conta da sua estrutura. É claro que nas outras instituições do sistema de justiça criminal se mantém no mesmo padrão conservador, com pouca ou nenhuma evolução, como por exemplo, o sistema inquisitorial de investigação, que proporciona um poder aos delegados de polícia (sejam dos estados ou federal) um poder quase “feudal”.

¹⁷ Pierre Bourdieu está se referindo dominação masculina sobre as mulheres e que esse processo é histórico e de reprodução, tendo como agentes os homens e as instituições (Igreja, família, Estado, Escola). Nesse caso, entendemos que as organizações militares e/ou policiais pertencem a essa categoria de dominação masculina.

REFERÊNCIAS

BALKO, Radley. **Rise of the Warrior Cop: The Militarization of America's Police Force**. PublicAffairs (Perseu Books Group), New York, 2013.

BARROS, Miguel Daladier. **O Poder de Polícia das Forças Armadas**. Revista Científica da Unisulma - UNI, v. 1, p. 34-40, 2011. Disponível em http://www.unisulma.edu.br/Revista_UNI_artigo6_p95_110.pdf (acesso em 20/10/2013, às 17:00h).

BENDIX, Reinhard. **Construção Nacional da Cidadania: estudos de nossa ordem social em mudança**. Tradução de Mary Amazonas Leite de Barros, São Paulo, Editora da USP, 1996.

BORDIN, M. & MORAES, P. R. B. de. Hipermilitarização da Segurança Pública no Brasil: discussões iniciais in **Anais do 6º Seminário Nacional de Sociologia e Política**, Curitiba, 2015. Disponível em http://www.e-democracia.com.br/sociologia/anais_2015/.

BOURDIEUR, Pierre. **Sobre o Estado: Cursos no College de France (1989-92)**. Tradução de Rosa Freire d'Águilar. 1ª Edição. São Paulo Companhia das Letras, 2014.

_____. **A Dominação Masculina**. Bertrand do Brasil, São Paulo, 1999.

DIAS, Camila C. Nunes & BORDIN, Marcelo. Territórios da Violência no Paraná: A Porosidade da Fronteira e sua Influência na Criminalidade in FRAGA, Nilson Cesar (Org). **Territórios Paranaenses**. Editora Insular, Florianópolis, 2011.

FERNANDES, Florestan. A herança intelectual da Sociologia In FORACCHI, Marialice Mencarini & MARTINS, José de Souza. **Sociologia e Sociedade (Leituras de introdução à Sociologia)**. Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos, 1977.

FEIJO, Alfredo. **Oficiais da Força e Delegados de Polícia**. Gráfica Universo Editora Ltda, São Paulo, 1958.

Foucault, Michel. **Microfísica do Poder**. 4ª Edição, Editora Graal, São Paulo, 1984.

GIDDENS, Anthony. **O Estado-Nação e a Violência: segundo volume de uma crítica contemporânea ao materialismo histórico**. São Paulo, Editora da USP, 2008.

GRAHAM, Stephen. **Cities Under Siege: The New Military Urbanism**. Versobooks, New York, 2011.

HAESBAERT, Rogério. Desterritorialização: Entre as Redes e os Aglomerados de Exclusão in CASTRO, Iná Elias de (et. al.), (orgs.) **Geografia: Conceitos e Temas**. 3ª Edição, Bertrand do Brasil, Rio de Janeiro, 2001.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antônio. **O Efeito Bumerangue da repressão policial: quatro perguntas para Luiz Antônio Machado da Silva**. 2013. Disponível em <http://blogdoims.com.br/o-efeito-bumerangue-da-repressao-policial-quatro-perguntas-para-luiz-antonio-machado-da-silva/> acesso em 27 de janeiro de 2017

_____. **Vida sob Cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

MOORE, Barrington Jr. **Origens Sociais da Ditadura e da Democracia: Senhores e Camponeses na Construção do Mundo Moderno**. Editora Martins Fontes, São Paulo, 1996.

PERRY, Anderson. **Linhagens do Estado Absolutista**. Brasília, Editora Brasiliense, 3ª Edição, 1995.

TILLY, Charles. **Coerção, Capital e Estados europeus (990 – 1992)**, Tradução de Geraldo Gerson de Souza, São Paulo, EdUSP, 1996.